



local como elemento fundamental da identidade cultural e da cidadania.

**Art. 2º** – Para os fins desta lei, considera-se:

I – Patrimônio histórico material: bens de natureza material que possuem valor histórico, artístico, arquitetônico, ecológico, científico ou tecnológico, tais como edificações, monumentos, sítios arqueológicos e outros.

II – Patrimônio histórico imaterial: expressões culturais, tradições, saberes, modos de vida, festas e manifestações artísticas que constituem a identidade da comunidade itabaianense.

**Art. 3º** – Fica criada a “Comissão Municipal de Patrimônio Histórico e Cultural”, que terá as seguintes atribuições:

I – identificar, catalogar e preservar bens materiais e imateriais do patrimônio cultural de Itabaiana;

II – promover campanhas de conscientização sobre a importância da preservação do patrimônio histórico na comunidade;

III – estabelecer parcerias com instituições educacionais, culturais e com a sociedade civil para projetos de valorização do patrimônio local;

IV – elaborar um inventário do patrimônio histórico material e imaterial de Itabaiana.

**Art. 4º** – O Poder Executivo deverá:

I – destinar recursos financeiros para a recuperação e preservação do patrimônio histórico material e imaterial;

II – fomentar ações educativas e culturais voltadas à valorização da história e da memória local;

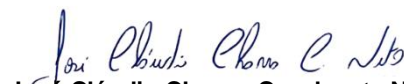
III – criar um programa de turismo cultural que incentive a visitação dos bens patrimoniais do município.

**Art. 5º** – O município de Itabaiana poderá celebrar convênios com instituições, universidades e organizações não governamentais para a realização de estudos, pesquisas e ações de preservação do patrimônio.

**Art. 6º** – As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Art. 7º** – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Constitucional de Itabaiana,  
Estado da Paraíba, em 27 de novembro de 2025.

  
**José Cláudio Chaves Cavalcante Neto**  
Prefeito Constitucional de Itabaiana-PB

#### **PORTARIA PMI/GP 268/2025**

**Dispõe sobre a Nomeação dos Membros de Comissão Especial de Concurso Público e dá outras providências.**

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITABAIANA**, Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições conferidas por Lei,

**Considerando** a necessidade do preenchimento de vagas para cargos públicos de provimento efetivo,

**Considerando** os princípios da legalidade, da publicidade, da moralidade, da impessoalidade e da eficiência, conforme artigo 37, caput, da Constituição Federal,

#### **RESOLVE:**

**Art. 1º** - Fica constituída a Comissão Especial de Concurso Público, integrada pelos seguintes servidores: Rosania Maria de Luna Campos, matrícula 2747, Professora “A”; Maria de Fatima Nascimento Rodrigues, matrícula 18325, Agente Administrativo; Maria Jose da Silva, matrícula 80403, Agente Administrativo; para, sob a presidência do primeiro, supervisionar todas as etapas do Concurso Público para preenchimento de vagas no Quadro Geral de Servidores da Prefeitura Municipal de Itabaiana-PB.

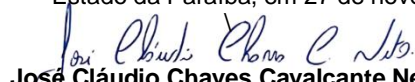
**Art. 2º**- A Comissão Especial de Concurso Público, ora constituída, supervisionará o concurso, respeitando a regulamentação geral de concursos, as disposições legais em vigor e tomará todas as providências necessárias à sua fiel execução e julgamento nos prazos estipulados.

**Art. 3º** - A Comissão acompanhará o cumprimento fiel do Edital do Concurso Público, cabendo ao senhor Prefeito a homologação e a publicação do mesmo, divulgando-o através dos meios de comunicação disponíveis no Município.

**Art. 4º** - Os trabalhos realizados pela Comissão Especial de Concurso Público serão considerados serviço público relevante.

**Art. 5º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Constitucional de Itabaiana,  
Estado da Paraíba, em 27 de novembro de 2025.

  
**José Cláudio Chaves Cavalcante Neto**  
Prefeito Constitucional de Itabaiana-PB